

# APLICAÇÕES DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NA DEFESA NACIONAL: POSSIBILIDADES DE COOPERAÇÃO, CONTRIBUIÇÃO E INTEGRAÇÃO ENTRE AS ÁREAS

Jaqueline Santos Barradas\*

## RESUMO

O presente artigo tem por objetivo discutir as aplicações da Ciência da Informação na Defesa Nacional, bem como as possibilidades de cooperação, contribuição e integração entre as áreas. O trabalho se inicia tentando entender o conceito de Defesa Nacional; em seguida aborda a questão da epistemologia da Ciência da Informação e faz uma analogia com o campo da Defesa Nacional, relacionando-os e sugerindo aplicações. Comenta a tabela de áreas do conhecimento da Ciência da Informação no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) buscando similaridade com a Defesa para, entre outras demandas, classificá-las para fins de fomento e desenvolvimento à pesquisa. O texto conceitua e discute a comunicação e a divulgação científica e relaciona-as à mentalidade de defesa, conceituada na Política de Defesa Nacional e na Estratégia Nacional de Defesa, marcos reguladores da Defesa Nacional no Brasil. Destaca-se a importância de se fomentar uma ampla discussão em torno do tema por meio de estudos epistemológicos a fim de aprofundar e criar um ciclo virtuoso de informações e conhecimentos que gerem aprendizado e novos conhecimentos. Espera-se que uma aproximação entre as áreas permita conhecer seus pontos ainda não explorados a fim de se poder aproveitar todo o potencial que a Ciência da Informação e a Defesa possam ofertar à Nação brasileira.

**Palavras-chave:** Ciência da Informação. Defesa Nacional. Integração entre áreas do conhecimento.

## ABSTRACT

This study aims to discuss the applications of Information Science in National Defense, as well as the possibilities for cooperation, contribution and integration between areas. This paper addresses the issue of the epistemology of Information Science and draws an analogy with the area of National Defense, relating them and suggesting applications. Approaches the table knowledge areas of Information Science at the National Council of Technological and Scientific Development (CNPq) seeking similarity with the defense, among other demands, rank them for the purpose of promoting research and development. The text defines and discusses the scientific

\* Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação - Convênio IBICT/UFRJ e membro do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra. Contato: jaquebarradas@gmail.com

and dissemination communication and relates them to the mentality of defense, conceptualized in the National Defense Policy and National Defense Strategy, the National Defense regulatory frameworks in Brazil. Highlights the importance of fostering a broad discussion around the topic through epistemological studies in order to deepen and create a virtuous cycle of information and knowledge that generate learning and new knowledge. It is expected that a rapprochement between areas allows to know your points untapped in order to take advantage of all the potential that Information Science and Defense can offer to the Brazilian nation.

**Keywords:** Information Science. National Defense. Integration between knowledge areas.

## 1 INTRODUÇÃO

Embora a informação, sistematicamente coletada, por parte do Estado, seja uma questão antiga, vive-se hoje em uma sociedade do conhecimento, em que a informação se torna um grande insumo para o Estado. A informação, objeto de estudo da Ciência da Informação, vem se tornando, a cada dia, um tema transversal às demais ciências e tecnologias, de todos os saberes – econômica, militar, espacial, nuclear, cibernética, entre outros, e revelando-se uma das dimensões não convencionais do campo do pensamento estratégico e da defesa.

Ao iniciar o debate sobre a informação na área de Defesa, é imprescindível compreender as áreas do conhecimento, identificar as similaridades e a complementaridade entre ambas, para esclarecer as aplicações da Ciência da Informação (CI) na Defesa Nacional, suas possibilidades de cooperação, contribuição e integração. Pinheiro (2008, p. 20-21) sobre o diálogo entre as áreas do conhecimento, observa:

A partir do conjunto de disciplinas que compõem a Ciência da Informação é que pode ser pensada a interdisciplinaridade, isto é, de que forma e como outros campos do conhecimento contribuem para a Ciência da Informação, com seus conceitos, princípios, técnicas, métodos e teorias e, inversamente, a Ciência da Informação para os demais campos do conhecimento.

Igualmente importante é conhecer o conceito de Ciência da Informação. Para tanto, escolheu-se o de Saracevic (1996) por ser o que mais se aproxima do que será tratado neste trabalho:

A Ciência da Informação é um campo dedicado às questões científicas e à prática profissional, voltadas para os problemas da efetiva comunicação do conhecimento e de seus registros entre os seres

humanos, no contexto social, institucional ou individual do uso e das necessidades de informação. (SARACEVIC, 1996, p.47).

Eis, portanto, o objetivo deste trabalho: discutir as aplicações da Ciência da Informação na Defesa Nacional e as possibilidades de cooperação, contribuição e integração entre ambas.

Para Albagli e Maciel (2011, p. 11), o desafio de compreender novas realidades do mundo vem gerando a necessidade de rever tanto conceitos clássicos quanto os mais recentes, “inspirando autores a refazerem caminhos teórico-metodológicos e a redirecioná-los, requalificando-os e reinterpretando-os de diferentes modos, para formular análises e explicações que permitam lidar com a complexidade contemporânea dessas relações”.

Cabe destacar que, no que concerne a campos de estudo, ambas as áreas são incipientes, pouco conhecidas na sociedade e em fase de consolidação. Para Souza e Stumpf (2009), a CI pode ser caracterizada como um campo científico em construção, que necessita discutir com mais intensidade sua representação nas agências de fomento e no sistema nacional de pós-graduação, a fim de buscar identificar os rumos que estão sendo seguidos e propor as correções, contribuindo para que o campo se organize e se conheça melhor como área do conhecimento.

Na área de Defesa Nacional, a situação não é muito diferente. Pelo contrário, apresenta similaridades em relação a pouca facilidade de compreensão de seus temas em eventuais argumentações na sociedade. Sobre essa questão, Proença Filho e Diniz (1998, p. 32) afirmam que “não é fundada no desinteresse, mas na ignorância nascida de um distanciamento entre as Forças Armadas e a sociedade”. Destacam, ainda, que a principal consequência disso é que a discussão efetiva sobre assuntos de Defesa acaba reduzida a pequenos grupos de estudiosos do assunto, ou seja:

Especialistas de outros campos, para quem os assuntos de Defesa seriam complementares, veem-se levados a ignorá-los ou a acreditarem que os assuntos militares são irrelevantes para temas como Relações Internacionais, Ciências Sociais ou o desenvolvimento técnico-científico da sociedade brasileira (PROENÇA FILHO; DINIZ, 1998, p. 34).

Este artigo se divide em quatro partes. A primeira parte abordará o referencial teórico sobre a Defesa Nacional. A segunda tratará da epistemologia da CI e da proposição de um estudo análogo no campo da Defesa Nacional. A terceira parte caracterizará a área de CI no CNPq, abordando as dificuldades encontradas e mostrando as similaridades com a Defesa. A quarta parte abordará os conceitos da comunicação e divulgação científica na CI e relacionando-as com a mentalidade de Defesa, prevista na Estratégia Nacional de Defesa. As considerações finais deste artigo destacam algumas reflexões sobre a aproximação das duas áreas e a contribuição da CI para a Defesa.

## **2 TENTANDO ENTENDER A DEFESA NACIONAL**

Os conceitos que definem Defesa Nacional não são encontrados facilmente na literatura, embora se trate de um dos campos mais antigos na história das sociedades, são frequentemente associados a outros muito próximos, como segurança e dissuasão. Autores como Proença Filho e Diniz (1998, p. 55) estabelecem uma distinção entre segurança e defesa e afirmam que se costuma considerar:

Segurança como um estado desejável, uma situação que permita aos cidadãos e às sociedades o estabelecimento de laços estáveis, quer do ponto de vista cultural em sentido lato, quer do ponto de vista comercial; ao passo que se dá o nome de defesa ao conjunto das ações militares visando a garantir o estado de segurança.

Esses mesmos autores – em outra passagem da obra *Política de Defesa no Brasil: uma análise crítica* – destacam que a política de segurança nacional envolve dois conceitos: dissuasão e defesa, significando o primeiro desencorajar o inimigo de qualquer ação militar, mostrando-lhe tal perspectiva de custo e risco pela perda que ultrapasse seu ganho; e acrescentam:

Defesa significa a redução de nossas perspectivas de custo e risco no caso de falha de nossa postura de dissuasão. A dissuasão trabalha na intenção do inimigo; o valor da dissuasão das forças militares é seu efeito em reduzir a probabilidade da movimentação militar inimiga. Defesa reduz a capacidade do inimigo em nos causar danos ou mesmo derrotar-nos. (PROENÇA FILHO; DINIZ, 1998, p.12).

O mais recente conceito de Defesa Nacional, adotado na Política de Defesa Nacional, aprovada pelo Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005, afirma que “Defesa Nacional é o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas.”

A Política de Defesa Nacional não chega a diferenciar segurança e defesa, como o fazem os autores anteriormente citados, limitando-se a defini-las. Para a Política (2005):

Segurança é a condição que permite ao País a preservação da soberania e da integridade territorial, a realização dos seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças de qualquer natureza, e a garantia aos cidadãos do exercício dos direitos e deveres constitucionais.

Além desses conceitos fundamentais, para se entender a Defesa Nacional é necessário citar o marco legal criado para a área, a Estratégia Nacional de Defesa

(END), aprovada pelo Decreto nº. 6.703, de 18 de dezembro de 2008. A END é um extenso programa – ambicioso e inédito –, que se propõe a incluir as questões de defesa na agenda nacional. Marca uma nova etapa no tratamento de um tema relevante e intrinsecamente associado ao desenvolvimento nacional, até então não contemplado por uma política que abrangesse assuntos diversos em um mesmo documento.

A END contempla ações estratégicas no médio e no longo prazo, tendo em vista a modernização da Estrutura Nacional de Defesa, baseada em três eixos estruturantes: a reorganização das Forças Armadas, a reestruturação da indústria de defesa e a política de composição dos efetivos das Forças. Para tanto, define três setores cruciais para a Defesa Nacional: o cibernético, o espacial e o nuclear. Destaca, ainda, a integração dos Comandos da Marinha, do Exército, e da Aeronáutica, e o estabelecimento de ações conjuntas, com objetivos e metas definidas para a atuação das três Forças.

Após discorrer sobre um breve referencial teórico a respeito da Defesa, cabe trazer à discussão uma questão referente aos estudos epistemológicos da Ciência da Informação, que será tema de estudo da parte a seguir.

### **3 DE QUE FORMA CONHECIMENTOS DE EPISTEMOLOGIA DA CI PODEM CONTRIBUIR PARA A CONSTRUÇÃO EPISTEMOLÓGICA NO CAMPO DA DEFESA NACIONAL?**

“Qual o pensamento atual de teóricos da Ciência da Informação sobre a sua natureza, objeto de estudo, abordagens, paradigmas, metodologias e correntes epistemológicas? Como pesquisadores brasileiros se inserem nessas discussões?” Essas foram as questões centrais que o projeto de pesquisa apresentado ao CNPq pretendeu responder, e que se encontra publicado sob o título *Correntes epistemológicas da Ciência da Informação no Brasil e dinâmica de afluentes e efluentes*. (PINHEIRO, 2008, p.13).

Segundo a coordenação do projeto precitado, o resultado é a construção de uma epistemologia, visando à produção de conhecimentos em todos os seus aspectos: lógico, ideológico, histórico; e pelas relações existentes entre ciência, sociedade, instituições científicas e outras ciências, tendo em vista a busca e a descoberta da gênese, da estrutura e do funcionamento dos acontecimentos científicos relacionados à Ciência da Informação (PINHEIRO, 2008).

Albagli e Maciel (2011) corroboram com esse pensamento ao afirmar que há a necessidade de se incorporar as abordagens antropológicas e epistemológicas para prover um arcabouço teórico-conceitual mais abrangente para o entendimento das múltiplas variáveis e dimensões que caracterizam o quadro atual das ciências, como também de incorporar um leque de atores e visões alternativas para o enfrentamento dos dilemas do presente.

A pesquisa desenvolvida sobre a Ciência da Informação no Brasil, e sua

historiografia, envolveu desde o contexto histórico, científico, tecnológico, social e cultural da formação da Ciência da Informação e de sua comunidade de pesquisadores no Brasil, até a criação de instituições de ensino e associações de pesquisa, a realização de eventos técnico-científicos, cursos e programas de pós-graduação, visando à geração de conhecimentos na área. (PINHEIRO, 2008, p.15).

Esses conhecimentos, representados por disciplinas ou subáreas, identificadas nos cursos e programas de pós-graduação (áreas de concentração e linhas de pesquisa), nos grupos de trabalhos da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB) e, sobretudo, os temas ou assuntos abordados nos artigos do periódico *Ciência da Informação* refletem as grandes questões da área, objetos de pesquisa e estudos da comunidade científica brasileira de Ciência da Informação. (PINHEIRO, 2008, p.15).

Iniciativas como a citada anteriormente merecem especial atenção da área de Defesa Nacional, visto que ainda não é suficientemente clara sua organização como campo de conhecimento. Há muito, ainda, que se delimitar, ressaltar, construir: suas origens e fronteiras no Brasil e no exterior; autores e pesquisadores expoentes no Brasil e exterior; campo de conhecimentos em que se insere; principais eventos e periódicos científicos existentes no mundo; graduação e programas de pós-graduação em instituições de ensino; cruzamento epistêmico e interdisciplinaridade com outras áreas – como segurança pública, saúde coletiva e desenvolvimento, bem como as perspectivas e desafios a serem enfrentados nessa área.

A fim de responder à questão que dá título a esta seção, faz-se necessário o estabelecimento de um projeto de pesquisa para a construção epistemológica no campo da Defesa Nacional, tal como o descrito na Ciência da Informação, e utilizando os mesmos recursos metodológicos para revelar ao campo da Defesa Nacional questões até hoje obscuras, pouco visíveis ou registradas pela sociedade, contrariando o que afirma Pinheiro (1999) quando diz que “em estudos e pesquisas sobre interdisciplinaridade há o reconhecimento de que a Ciência da Informação incorpora muito mais contribuições de outras áreas do que transfere para essas um corpo de conhecimentos gerados dentro de si mesma” (PINHEIRO, 2008, p.20-21). Nesse caso específico, muito há que se transferir para a área de Defesa Nacional.

Com o intuito de continuar a discussão epistemológica no âmbito da Defesa Nacional, é igualmente importante abordar como esta área tem sido interpretada por órgãos como o CNPq, que tratam a tabela de áreas do conhecimento para, entre outras demandas, classificá-las para fins de estímulo e desenvolvimento à pesquisa.

#### **4 A ÁREA DE DEFESA NO CNPQ**

No contexto da Ciência da Informação, autores como Souza e Stumpf (2009) pesquisaram a evolução da representação dessa área do conhecimento em

classificações de ciência e tecnologia, usadas por agências de fomento no Brasil, bem como seu panorama através dos programas de pós-graduação, linhas de pesquisa e perspectivas da área.

Sobre a consolidação da CI como campo científico Pinheiro e Loureiro (1995, p. 26) afirmaram que:

Tem sido assinalada a ausência de um corpo de fundamentos teóricos que possam delinear o seu horizonte científico, e ainda se encontra em construção a epistemologia da Ciência da Informação ou a investigação dos conhecimentos que a permeiam. A falta de estudos nesta linha e, mesmo, a presença incipiente de teóricos, mantém a ciência da informação em um estado de fragilidade teórico-conceitual.

Para Souza e Stumpf (2009), reconhecida e comprovadamente, a representação de uma área do saber é uma atividade difícil e complexa, assim, de acordo com esses autores, a principal dificuldade está em determinar e nomear seus principais campos de atuação, pois nenhuma área é tão especializada ou tão abrangente quanto possa parecer a princípio.

À semelhança da área de Defesa Nacional, a Ciência da Informação apresenta características peculiares, por ser uma área de desenvolvimento recente em relação a outras áreas do conhecimento, e por congregar professores, pesquisadores e profissionais oriundos de diversas origens e formações acadêmicas e com atuações diversificadas no campo da informação (SOUZA; STUMPF, 2009).

O artigo de Souza e Stumpf (2009) aborda a evolução histórica e cronológica da área da Ciência da Informação, e destaca as classificações denominadas tabelas de áreas do conhecimento (TAC), em uso no CNPq e na CAPES, que organizam o universo de ciência e tecnologia do país para fins de gestão e avaliação em níveis hierárquicos de agregação. Assim, tal como na área de Defesa Nacional, o problema revelado na CI é que, por um lado, essas características peculiares motivam e enriquecem a área; por outro, causam dificuldades tanto na representação de área do conhecimento como nas tabelas de classificação para diferentes propósitos de uso (SOUZA; STUMPF, 2009).

A explicação anterior mostra como a área da CI tem evoluído e encontrado dificuldade no tratamento de fomento pelas agências, que, por vezes, desconhecem o teor de seu propósito como ciência. Cabe destacar que na versão mais recente da TAC, a CI está incluída na grande área das Ciências Sociais Aplicadas.

Por sua vez, a Defesa Nacional, que não possui um corpo de conhecimentos mais delimitado, e que não tem as devidas representações nas agências que a conheçam a ponto de defendê-la de possíveis e incorretas classificações encontra-se, pela tabela atual, classificada na grande área 9 (nove) – OUTROS -, junto com outras subáreas como a Bioética, as Ciências Ambientais e a Divulgação Científica (SOUZA; STUMPF, 2009).

Em seguida, serão abordados os conceitos de comunicação e divulgação científica e como eles se relacionam com a mentalidade de defesa descrita na Estratégia Nacional de Defesa.

## **5 COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA, DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA E A MENTALIDADE DE DEFESA**

Para Albagli (1996), “a comunicação científica significa comunicação de informação científica e tecnológica, transcrita em códigos especializados, para um público seletivo, formado de especialistas” (ALBAGLI, 1996, p. 397). Não se trata, no entanto, somente de uma questão de público-alvo. Garvey (1979, apud MIRANDA; PEREIRA, 1996, p. 375) define a comunicação científica como:

O conjunto de atividades associadas à produção, disseminação e uso da informação, desde o momento em que o cientista concebe uma ideia para pesquisar, até que a informação acerca dos resultados seja aceita como constituinte do conhecimento científico. Para comunicar estes resultados à sociedade, a comunidade científica se utiliza das reuniões e congressos científicos e do periódico científico. (MIRANDA; PEREIRA, 1996, p. 375).

Já a divulgação científica (termo mais frequentemente utilizado na literatura) ou a popularização da ciência, como o próprio nome diz, pode ser definida como a comunicação da informação científica e tecnológica ao público em geral, utilizando-se de recursos, de técnicas e de uma linguagem adequada, visando atingir um público mais amplo. No Brasil, o CNPq adota a terminologia popularização da ciência (2012) e explica que a pesquisa científica gera conhecimentos, tecnologias e inovações que beneficiam toda a sociedade, mas muitas pessoas não conseguem compreender a linguagem utilizada pelos pesquisadores. Por isso, a grande mídia e as novas tecnologias de comunicação cumprem o papel de facilitadores do acesso ao conhecimento científico, levando a ciência para a sociedade de maneira simplificada (CNPq, 2012).

O artigo de Maciel (2005) é um dos que mais contribui para a interseção dos temas da Ciência da Informação com os da Defesa Nacional. É possível verificar, em várias passagens do texto daquela autora, caminhos que podem enriquecer o entendimento do que a END denomina mentalidade de defesa. Observa-se que os mesmos problemas apontados por Maciel (2005) no que diz respeito à divulgação científica, como, por exemplo, a falta de cultura específica de um jornalismo científico ou mesmo o hábito de os cientistas escreverem para um público leigo são comuns na área da Defesa.

É sabido que a sociedade brasileira não demonstra grande interesse pelos assuntos diretamente ligados à Defesa Nacional, e o tema não é prioritário para as



lideranças e os formadores de opinião do País. Na introdução da END, afirma-se que, pelo fato de o Brasil ser “pacífico por tradição e convicção” e por não desejar “exercer o mando sobre outros povos”, “talvez por isso, nunca tenha sido realizado no País, em toda sua história, amplo debate sobre os assuntos de defesa”. (END, 2008, p.1)

Em a *Política de Defesa no Brasil: uma análise crítica*, Proença Júnior e Diniz (1998, p. 32) afirmam que:

Existe uma situação esdrúxula, que persiste até os dias de hoje, mais frequentemente que o tolerável: é mais fácil obterem-se informações sobre as forças armadas estrangeiras que sobre as brasileiras e mais fácil ainda também obterem-se informações sobre as Forças Armadas brasileiras em anuários estrangeiros que em qualquer fonte nacional. (1998, p. 32).

É fato que, na área de Defesa, pouco do conhecimento produzido torna-se visível e acessível ao grande público (incluindo o público interno). Isto pode ser ilustrado por uma ação prevista na END envolvendo o Programa Pró-Defesa, promovido pelo Ministério da Defesa. A END aponta, como uma de suas medidas de implementação, que:

O Ministério da Defesa intensificará a divulgação das atividades de defesa, de modo a aumentar sua visibilidade junto à sociedade, e implementará ações e programas voltados à promoção e disseminação de pesquisas e à formação de recursos humanos qualificados na área, a exemplo do Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional. (Pró-Defesa). (BRASIL, 2008, p. 25).

A Política de Defesa Nacional, aprovada pelo Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005, tem se preocupado com o que Maciel (2005) denomina divulgação científica. Em uma de suas orientações estratégicas, esta Política aborda o conceito denominando-o mentalidade de defesa:

O desenvolvimento da mentalidade de defesa no seio da sociedade brasileira é fundamental para sensibilizá-la acerca da importância das questões que envolvam ameaças à soberania, aos interesses nacionais e à integridade territorial do País. (BRASIL, 2005, p.18).

Dessa forma, a END acredita que poderá desmistificar ao público civil questões como a defesa da Amazônia Azul; o reaparelhamento das Forças; a escolha e aquisição de aviões de caça para a Força Aérea Brasileira; o desenvolvimento do projeto do submarino de propulsão nuclear pela Marinha do Brasil; a divulgação das operações conjuntas das Forças de Paz no Haiti; entre tantas outras que não passam das grandes manchetes dos jornais de maior circulação nacional.

Esse argumento é defendido por Maciel (2005), quando afirma que, independentemente da difusão do saber nos meios fechados das nossas comunidades acadêmicas, é preciso aprender a responder ao interesse e à curiosidade natural, tanto da criança quanto do adulto, visando à divulgação mais ampla do conhecimento científico e do seu entendimento.

Cabe ressaltar que, embora haja no âmbito das FFAA uma quantidade razoável de periódicos científicos destinados a comunicar resultados de pesquisas realizadas no âmbito ou com a participação das Forças Armadas, qualificados com o selo QUALIS de avaliação da CAPES, cumprindo o papel da comunicação científica, existe ainda boa quantidade de periódicos não científicos que têm por finalidade divulgar realizações das suas forças singulares no âmbito interno, realizando a divulgação científica ou disseminando a mentalidade de defesa, como defende a END (2008).

Dessa forma, pode-se associar o conceito de divulgação científica veiculado na Ciência da Informação ao conceito de mentalidade de defesa na área de Defesa Nacional. Ambos exercem a função de disseminar a um público mais amplo e em linguagem mais apropriada, assuntos de maior complexidade, desmistificando-os.

Para efeito de ilustração, há no âmbito das FFAA, algumas iniciativas no sentido de popularizar suas atuações, descobertas e pesquisas em andamento para o público infante-juvenil, editando revistas do tipo gibi, com ilustração e linguagem cuidadosas, como se vê em o *Recrutinha*, *Nomarzinho*, e a *Turma do Fabinho*, editadas, respectivamente, pelo Exército, pela Marinha e pela Aeronáutica, disponíveis nos sítios eletrônicos das Forças na Internet.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pinheiro (2008) finaliza o relatório do projeto e destaca uma percepção do campo interdisciplinar da Ciência da Informação.

[...] vai se movendo e gradativamente adquirindo novas configurações, pela circularidade e como numa espiral na concepção de Morin. Disciplinas e subáreas do campo e seus problemas, que exigem soluções de outras áreas, promovem transformações interdisciplinares e, inversamente, estas novas relações epistemológicas vão modificando o território da área. (PINHEIRO, 2008, p. 21).

É necessário estimular uma ampla discussão sobre o tema Defesa Nacional, a fim de aprofundar e criar um ciclo virtuoso de informações e conhecimentos, que gerem aprendizado e novos conhecimentos.

Por se tratar de um trabalho preliminar e parcial sobre este tema, é necessário realizar outros futuramente, abordando teorias e questões conceituais, bem como a

aproximação entre pesquisadores e estudiosos de ambas as áreas do conhecimento. Espera-se, que em curto prazo, o campo prospere a partir do amadurecimento das discussões e reflexões ora suscitadas.

Tal como no projeto realizado pela CI no CNPq, que obteve expressivos resultados, é essencial fazer um extenso programa de investigação dos estudos teóricos e epistemológicos da Defesa Nacional no Brasil, a fim de que a área possa ser conhecida, possa organizar-se como campo de conhecimento, possa divulgar suas produções acadêmicas, científicas e tecnológicas e, assim, consolide-se efetivamente como um campo.

Espera-se que uma aproximação entre as áreas da Ciência da Informação e a da Defesa, com a cooperação, a contribuição, a integração entre ambas, possa converter-se futuramente em novas pesquisas e estudos, permitindo o conhecimento de pontos inexplorados e, em consequência, trazendo resultados à sociedade brasileira. Essa seria apenas uma das formas de mudar o cenário atual, de pouca visibilidade nesse contexto, revelando-se a informação como um dos aspectos não convencionais da Defesa Nacional.

## REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita. MACIEL, Maria Lucia. Informação, Poder e Política: A partir do Sul, para além do Sul. In: MACIEL, Maria Lucia; ALBAGLI, Sarita. *Informação, Conhecimento e Poder: mudança tecnológica e inovação social*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011. p. 9-39.

ALBAGLI, Sarita. Divulgação científica: informação científica para a cidadania? *Ciência da Informação*, Brasília, v.25, n.3, p. 396-404, set./dez. 1996.

BRASIL. Decreto n. 5.484, de 30 de junho de 2005. Aprova a Política de Defesa Nacional, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2007-2010/2008/Decreto/D6703.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2008/Decreto/D6703.htm)>. Acesso em: 13 jun. 2011.

BRASIL. Decreto n. 6.703, de 18 de dezembro de 2008. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2007-2010/2008/Decreto/D6703.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2008/Decreto/D6703.htm)>. Acesso em: 25 out. 2010.

CNPq. [Portal] Popularização da Ciência. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/web/guest/popularizacao-da-ciencia>>. Acesso em: 14 maio 2012.

MACIEL, Maria Lucia. Estímulos e desestímulos à divulgação do conhecimento científico. In: Baumgarten, M. (Org.) *Conhecimentos e redes: sociedade, política e inovação*. Porto Alegre: UFRGS, 2005. p. 107-117.

MIRANDA, Dely Bezerra de; PEREIRA, Maria de Nazaré Freitas. O periódico científico como veículo de comunicação: uma revisão de literatura. *Ciência da Informação*, Brasília, v.25, n.3, p. 375-382, set./dez. 1996.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. *Correntes epistemológicas da Ciência da Informação no Brasil e dinâmica de afluentes e efluentes*. Rio de Janeiro, maio 2008. Relatório do Projeto de Pesquisa apresentado ao CNPq. S.n.t.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro, LOUREIRO, José Mauro Matheus. Traçados e limites da Ciência da Informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 24, n. 1, 1995.

PROENÇA JÚNIOR, Domício; DINIZ, Eugênio. *Política de Defesa no Brasil: uma análise crítica*. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. 152 p.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v.1, n.1, p. 41-62, jan. jun, 1996.

SOUZA, Rosali Fernandez de; STUMPF, Ida Regina Chitto. Ciência da Informação como área do conhecimento: abordagem no contexto da pesquisa e da pós-graduação no Brasil. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 4, Número especial, p. 41-58, 2009. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/viewFile/901/606>> Acesso em: 14 maio 2012.